

Pesquisa que serve de base para cálculo da inflação começa em novembro, diz IBGE

O IBGE afirmou nesta quinta-feira (3) que a nova edição da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) irá a campo a partir de 5 de novembro -ou seja, daqui a um mês.

O órgão publicou a informação em uma nota sobre o evento de apresentação da POF 2024/2025. A cerimônia foi agendada para terça-feira (8) no Rio de Janeiro.

A pesquisa é uma das mais importantes do IBGE e investiga como o orçamento das famílias é gasto no Brasil.

A POF também tem relevância porque serve como base para a atualização da cesta de bens e serviços investigados no índice oficial de inflação, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Por meio da POF, é possível saber, por exemplo, quanto do orçamento das famílias é destinado para gastos com alimentos, combustíveis, roupas, medicamentos e passagens de ônibus. A divulgação dos novos resultados está prevista para 2026.

“O IBGE inicia a realização da sétima pesquisa nacional sobre o orçamento e a estrutura de gastos familiares, cujos resultados, a serem tornados públicos em 2026, subsidiarão as políticas públicas do Brasil”, disse em nota o presidente do instituto, Marcio Pochmann.

“Uma grande tarefa, fruto do inegável comprometimento dos ibegeanos e ibegeanas com a missão institucional, e que contou com recursos orçamentários extraordinários apoiados pelo presidente Lula

e ministra Simone Tebet”, acrescentou o economista, sem detalhar os valores.

O IBGE está sob guarda-chuva do Ministério do Planejamento e Orçamento, comandado por Tebet. Pochmann foi indicado por Lula para o instituto.

Ainda de acordo com o economista, a nova edição da POF incluirá um módulo que, de forma inédita, pesquisará o uso do tempo pelos brasileiros. Ele já havia mencionado esse aspecto em outras ocasiões.

“A POF tem um elemento a mais que estamos tratando, que não temos em pesquisas no Brasil, que seria inédito: o uso do tempo. Como se usa o tempo não apenas no âmbito do trabalho, mas [também] em casa”, afirmou Pochmann em entrevista em abril. Folhapress



Economia



Febraban pretende propor força-tarefa para avaliar impactos das bets

Página - 03

Política

MP de Lula para bancos garante arrecadação superior a R\$ 16 bi em 2025

Página - 04

Lula associa dívidas com bets a dependência, e Haddad agora prevê derrubada de 2.000 sites

Página - 04

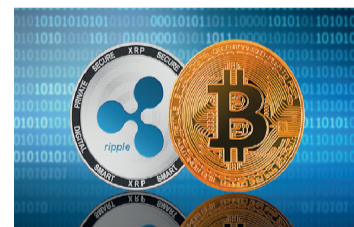
Não há fatores para melhorar nota de crédito soberano do Brasil, diz S&P

Página - 03



Ripple e Mercado Bitcoin firmam parceria para pagamentos internacionais

Página - 05



Bitcoin ameaça perder patamar de US\$ 60 mil e XRP recua 11%

Página - 05



No Mundo

Pentágono diz que está conversando com Israel sobre resposta ao ataque do Irã



O Pentágono disse nesta quinta-feira (3) que conduz discussões com autoridades israelenses sobre a possível resposta do país ao ataque de mísseis do Irã, realizado no início desta semana.

Entretanto, não foram passados mais detalhes sobre essas conversas.

“Certamente estamos falando com eles sobre a resposta, mas [sobre] qual pode ser sua resposta, não vou especular mais. Mas continuamos a nos envolver com eles”, disse a porta-voz do Pentágono, Sabrina Singh.

Além disso, o embaixador israelense na ONU afirmou à CNN nesta quinta que o país

tem muitas opções quando se trata de revidar contra o Irã.

“Temos muitas opções... então cabe a nós decidir onde e quando queremos atacar, mas eles são vulneráveis. Eles sabem disso”, pontuou Danny Danon.

O ataque com mísseis do Irã a Israel no dia 1º marcou uma nova etapa do conflito regional no Oriente Médio. De um lado da guerra está Israel, com apoio dos Estados Unidos. Do outro, o Eixo da Resistência, que recebe apoio financeiro e militar do Irã e que conta com uma série de grupos paramilitares.

São sete frentes de conflito abertas atualmente: a República Islâmica do Irã; o

Hamas, na Faixa de Gaza; o Hezbollah, no Líbano; o governo Sírio e as milícias que atuam no país; os Houthis, no Iêmen; grupos xiitas no Iraque; e diferentes organizações militantes na Cisjordânia.

Israel tem soldados em três dessas frentes: Líbano, Cisjordânia e Faixa de Gaza. Nas outras quatro, realiza bombardeios aéreos.

O Exército israelense iniciou uma “operação terrestre limitada” no Líbano no dia 30 de setembro, dias depois de Israel matar o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, em um bombardeio ao quartel-general do grupo, no subúrbio de Beirute.

CNN

Ofensiva de Israel no Líbano está “destruindo o país”, diz ministro libanês à CNN

A ofensiva de Israel no Líbano está “destruindo o país”, disse o Ministro da Economia libanês Amin Salam à CNN.

Salam condenou o ataque desta quinta-feira (3) no centro de Beirute, o primeiro desde 2006, destacando que Israel está atacando cada vez mais perto de áreas civis.

“Isso foi muito além do que aconteceu em 2006”, disse Salam à Eleni Giokos da CNN, apontando que o ataque foi realizado a menos de 3 km do Palácio do Governo.

Salam alertou que o deslocamento de mais de 1 milhão de libaneses e sírios do

Líbano será uma “questão de longo prazo” para o governo administrar, mesmo que um cessar-fogo entre em vigor.

“Temos hospitais cheios de pessoas, escolas cheias de pessoas, pessoas dormindo nas ruas, e essa guerra continua. A maneira como vejo é que essa guerra não tem objetivo. Está apenas destruindo o país”, disse Salam.

“Precisamos reconstruir suas cidades, suas vilas. Precisamos fornecer condições pacíficas para eles. Então, estamos realmente em uma operação muito complicada agora para cuidar de todas essas pessoas”, acrescentou o ministro.

CNN



Cisjordânia vira frente esquecida da guerra de Israel com cenário de destruição



Sem o mesmo escrutínio de mídia dedicado à sua campanha contra os terroristas do Hezbollah, o governo de Israel aumentou brutalmente a pressão sobre os quase 3 milhões de palestinos que moram na Cisjordânia.

Desde que o Hamas atacou o Estado judeu, há quase um ano, foram cerca de 700 mortos e 5.800 prisões, além da militarização dos agressivos colonos que ocupam áreas de forma ilegal, segundo o acertado no acordo que promoveu o reconhecimento mútuo da ANP (Autoridade Nacional Pales-

tina) e de Israel, em 1994.

A reportagem visitou a região no sábado (28) e no domingo (29), conversando com moradores, líderes comunitários e políticos. O cenário, na perspectiva palestina, é desolador.

“O que está acontecendo aqui já é a guerra, não a próxima etapa depois de Gaza e do Líbano”, disse Qasem Awad, o diretor-geral de Direitos Humanos e Sociedade Civil da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), a mãe da ANP.

Ele cita os objetivos de Binyamin Netanyahu, de resto públicos desde que o premiê prometeu anexar a região

do vale do rio Jordão, em 2019, independente de seu status sob o acordo de paz com os palestinos.

“Primeiro, tornar a vida insuportável para os palestinos. Segundo, armar cada vez mais colonos judeus. Terceiro, desmembrar as cidades e vilas palestinas e torná-las ilhas isoladas”, afirma o diretor.

Uma visita ao campo de refugiados de Jenin, instalado em 1953 e desde então um ponto focal de atrito entre palestinos e as forças de Israel, ilustra o primeiro item. De campo, o local só guarda o nome: é um bairro pobre não muito diferente das periferias brasileiras.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Febraban pretende propor força-tarefa para avaliar impactos das bets



A Federação Brasileira de Bancos estuda propor ao governo a criação de uma força-tarefa para avaliar o impacto das apostas virtuais sobre a renda das famílias. O grupo teria a participação de representantes do governo, do setor produtivo e das instituições financeiras.

“Estamos cogitando propor ao governo a criação de uma força-tarefa multigovernamental, multissetorial para aprofundar os impactos da atividade das bets no Brasil. É importante que se tenha um diagnóstico preciso. Essa força-tarefa poderia, para além do Ministério da Fazenda, contemplar outros órgãos governamentais que cuidam da defesa do consumidor, da pre-

venção à lavagem de dinheiro e de benefícios sociais, como Bolsa Família”, disse o presidente da Febraban, Isaac Sidney, que se reuniu nesta quarta-feira (2) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Destinado a discutir o impacto do endividamento provocado por apostas eletrônicas e jogos de azar on-line, o encontro terminou em indefinição. Segundo o presidente da Febraban, nenhuma decisão foi tomada na reunião, e a entidade não tem como papel propor políticas públicas.

“A reunião hoje não foi para tomada de decisões. Nossa preocupação é com as medidas de prevenção para o superendividamento, com a saúde financeira e com o bem-estar das famílias”, disse

Sidney na saída do encontro.

Sidney repetiu declarações recentes em que defende a suspensão do Pix como meio de pagamento das apostas ou a imposição de limites nos repasses dos apostadores para as bets. Segundo o presidente da Febraban, a proibição seria temporária, até que a regulamentação definitiva das apostas virtuais entre em vigor, em janeiro. “Enquanto não há uma regulamentação que autorize todas as empresas de apostas online, que haja um freio. Esse freio passa por algumas medidas emergenciais. Temos defendido que os meios instantâneos de pagamento, como o Pix, possam ser temporariamente suspensos para a realização de apostas”, disse.

Wellton Máximo/ABR

Não há fatores para melhorar nota de crédito soberano do Brasil, diz S&P



A S&P Global não vê fundamentos neste momento para uma nova melhora na nota de crédito soberano do Brasil, diz Manuel Orozco, principal analista do país na agência de classificação de risco.

Segundo ele, uma mudança da nota vai depender da capacidade do governo de estabilizar a dívida pública e manter um crescimento econômico consistente nos próximos anos, algo que a agência não enxerga acontecendo agora.

“Isso é possível, mas depende de fatores que na nossa opinião ainda não estão aí”, disse em entrevista à reportagem. “A gente tem uma perspectiva estável para o Brasil,

Governo estuda implementar tributação de 15% a multinacionais, baseado na OCDE

As multinacionais poderão ter um imposto adicional de 15%, segundo uma nova proposta do governo baseada no pilar 2 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa é uma proposta que está sendo ventilada pelo governo e será apresentada até 2026.

A informação foi adiantada pelo jornal Valor Econômico e confirmado pela CNN.

Segundo fonte do Ministério da Fazenda envolvida na elaboração da proposta, a expectativa é de arrecadar R\$ 8 bilhões aos cofres públicos em 2027 e o mesmo valor para os próximos anos.

O pilar 2 da organização estabelece uma taxa mínima de imposto de renda para grandes multinacionais com atuação relevante no país em que está instalada. No caso do Brasil, será aplicada sobre os lucros para as empresas

estrangeiras com faturamento superior a 750 milhões de euros por ano.

Conhecido como Imposto Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (QDMTT, na sigla em inglês), o acordo da OCDE envolve já funciona ou deve ser implementado em mais de 140 países.

O cálculo do imposto a ser cobrado é baseado em uma fórmula da própria organização que as diversas nações já estão trazendo para suas leis internas.

O objetivo da nova medida é ao menos assegurar a carga mínima para a folha de pagamento dessas companhias.

Atualmente, a lei brasileira cobra cerca de 34% de imposto para multinacionais. O valor inclui Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL).

CNN



que mostra que a probabilidade de o rating [classificação] se manter no nível atual é maior do que de o rating mudar para cima ou para baixo”, argumentou.

Orozco afirma que o crescimento econômico do Brasil mais forte e consistente colaborou para uma melhora na nota do país, mas diz que a S&P não enxerga uma sustentabilidade desse fator no futuro.

le argumenta que boa parte da alta do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano é sustentada pelo consumo interno e que o ambiente de alta dos juros coloca um limite nesse crescimento econômico.

“Mesmo com um crescimento mais alto na comparação com a média dos últimos

anos, de quase 3%, isso não tem sido suficiente para estabilizar a dívida para 2024 em diante”, afirma.

As falas acontecem dois dias depois de a Moody's elevar a nota do Brasil de “Ba2” para “Ba1”, e manter a perspectiva em “positiva”, o que colocou o país a um passo do chamado grau de investimento, patamar em que este se torna seguro -ou seja, com baixos riscos de calote para quem investe em seus títulos de dívida. A agência não mudava a classificação do país desde 2016.

A Moody's já tinha no passado uma nota melhor para o país em relação às outras duas principais agências globais de risco.

Stéfanie Rigamonti/Folhapress

Política

MP de Lula para bancos garante arrecadação superior a R\$ 16 bi em 2025



O Ministério da Fazenda informou nesta quinta-feira (3) que espera arrecadar mais de R\$ 16 bilhões em 2025 com uma medida provisória (MP) que evita uma redução do pagamento de tributos pelos bancos. A medida, publicada em edição extra do Diário Oficial da União na quarta (2), vai ajudar as contas públicas no ano que vem.

O governo quer usar a arrecadação adicional para adotar medidas que tornem o sistema tributário brasileiro mais justo e eficiente, segundo nota da Fazenda. Ou seja, fazer com quem ganhe menos pague proporcionalmente menos impostos. Hoje, o sistema tributário é regressivo: quem ganha mais paga menos do que as

pessoas com renda menor. A mudança foi acertada pela equipe econômica com a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e pode permitir uma arrecadação adicional de mais de R\$ 35 bilhões em três anos, segundo fontes a par do tema.

A Fazenda não detalha como o dinheiro será aplicado e nem se a previsão já consta no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2025.

Mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem como meta de governo subir a faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) para R\$ 5 mil. Como mostrou a Folha de S.Paulo, a estratégia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é enviar ao Congresso até o final do ano uma proposta de

reforma dos impostos da renda, começando pela pessoa física. “Os recursos serão destinados para outros projetos de lei que podem melhorar o sistema tributário para torná-lo mais justo e eficiente, como as aplicações financeiras e a revisão das regras de TBU (tributação de subsidiárias operacionais no exterior das empresas brasileiras)”, diz a nota.

A MP alonga o prazo para que as instituições bancárias possam começar a deduzir perdas decorrentes de inadimplência dos empréstimos oferecidos aos seus clientes da base de cálculo do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Adriana Fernandes/Folhapress

Lula associa dívidas com bets a dependência, e Haddad agora prevê derrubada de 2.000 sites



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta quinta-feira (3) que o endividamento com as apostas esportivas online, as bets, é uma “questão de dependência”, de vício dos apostadores.

O ministro Fernando Haddad apresentou ao chefe do Executivo, na sequência, a previsão de derrubada de 2.000 sites de apostas nos próximos dias, após a publicação da lista das empresas autorizadas a operar pela pasta.

A estimativa inicial dada pelo ministro, na segunda-feira (30), era de que 500 a 600 sites seriam tirados do ar pela Anatel. As entidades do setor afirmavam, entretanto, que existem ao menos 1.500

sites irregulares -quase todos operados por estrangeiro sem representação legal no país. Os endereços devem começar a ser barrados a partir do próximo dia 11. “Tem muita gente se endividando, tem muita gente gastando o que não tem e nós achamos que isso tem que ser tratado como uma questão de dependência, ou seja, as pessoas são dependentes, as pessoas estão sendo as viciadas”, disse Lula no início da reunião ministerial para tratar do tema.

“Para além do que foi regulado, preciso ouvir os demais ministérios para que nós completamos esse processo regulatório, uma vez que nos próximos dias, 2.000 sites vão sair do ar, vão sair do espaço virtual brasileiro, eles

vão se tornar inacessíveis ao cidadão que está no território nacional”, afirmou Haddad, em seguida.

A reunião foi fechada, mas as declarações iniciais foram divulgadas pela Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência). O encontro tem a presença de ao menos seis ministérios, além da Fazenda: Desenvolvimento Social, Saúde, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, AGU, Casa Civil e Justiça. O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, também acompanha a reunião.

O presidente Lula demonstrou indignação ao se deparar com a notícia do impacto das bets nas contas da população mais pobres e alta de endividamento.

Folhapress

Nunes e Boulos agora empatam entre os mais pobres, aponta Datafolha

Antes líder de intenção de votos entre os mais pobres, o prefeito de São Paulo Ricardo Nunes (MDB) agora empatou com Guilherme Boulos (PSOL) no segmento, mostra pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta-feira (3).

Nunes oscilou negativamente dois pontos percentuais entre os entrevistados que ganham até dois salários mínimos, registrando 30% no grupo. O deputado do PSOL, por sua vez, apareceu com três pontos a mais e chegou a 24%.

O empate ocorre por causa da margem de erro, que é de quatro pontos para mais ou para menos nesse estrato da pesquisa.

Na sequência, aparecem Pablo Marçal (PRTB), com 15%, Tabata Amaral (PSB), com 9%, e José Luiz Datena (PSDB).

A pesquisa, contratada pela Folha de S.Paulo e pela TV Globo, foi realizada presencialmente com 1.806 pessoas de 16 anos ou mais em São Paulo entre os dias 1 e

3 de outubro e foi registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sob o número SP-09329/2024. O nível de confiança é de 95%.

Entre os eleitores com renda familiar entre dois e cinco salários mínimos, Marçal, Boulos e Nunes aparecem tecnicamente empatados com 27%, 26% e 23% das intenções de voto, respectivamente. A margem de erro nesse segmento também é de quatro pontos.

Na sequência, estão Tabata, com 11%, e Datena, com 3%.

No grupo dos mais ricos, Boulos e Marçal empatam tecnicamente na liderança, com 32% e 29% das intenções de voto, respectivamente. A margem de erro nesse segmento, que tem renda de mais de cinco salários mínimos, é de cinco pontos percentuais.

Nunes aparece com 18% das intenções de voto nesse estrato, e Tabata, na sequência, com 12%.

Tayguara Ribeiro/Folhapress



Ripple e Mercado Bitcoin firmam parceria para pagamentos internacionais



A Ripple, fornecedora de infraestrutura de ativos digitais, lança nesta quinta-feira no Brasil o Ripple Payments, uma solução de pagamentos que permite que empresas aproveitem o blockchain para pagamentos internacionais. O produto promete maior rapidez e menores custos de forma segura. O Mercado Bitcoin (MB), plataforma de ativos digitais será o primeiro cliente no Brasil que utilizará esse serviço.

Segundo a Ripple, os clientes poderão movimentar fundos em todo o mundo 24

horas por dia, durante todos os dias da semana, podendo realizar pagamentos em minutos, tornando a movimentação mais eficiente. “A ideia do produto é fornecer uma transferência simplificada por meio da experiência da Ripple, nosso parceiro internacional especializado em pagamentos internacionais”, diz Jordan Abud, chefe do setor bancário do MB.

O Mercado Bitcoin pretende usar a ferramenta para melhorar suas operações internas de tesouraria entre o Brasil e Portugal. Futuramente, está nos planos do MB oferecer os pagamentos inter-

nacionais para clientes corporativos e de varejo. “Um dos diferenciais é o uso de uma conta não residente, permitindo que os usuários paguem diretamente em reais, proporcionando uma melhor experiência ao cliente”, explica o MB em nota.

“A Ripple Payments oferece recursos para as empresas cripto, permitindo simplificar as operações, otimizar a liquidez e, finalmente, melhorar as margens por meio da liquidação de pagamentos em tempo real”, diz Silvio Pegado, diretor administrativo da Latam na Ripple.

IstoéDinheiro

Criptomoedas: bitcoin estende queda pressionado por Oriente Médio e PMI de serviços nos EUA

O bitcoin ampliava perdas recentes nesta quinta-feira, na esteira do aumento de tensões no Oriente Médio e após o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) do setor de serviços dos Estados Unidos superar expectativa, ampliando a possibilidade de o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) cortar juros de forma mais branda.

O bitcoin recuava 0,68% nas últimas 24 horas até 16h30, a US\$ 60.681,18, segundo a Binance. Na máxima em 24 horas, a criptomoeda

tocou US\$ 61.456,19. O ethereum, por sua vez, tinha perdas de 1,57%, a US\$ 2.344,19 no mesmo intervalo.

O bitcoin vem acumulando perdas firmes nos últimos dias, diante de dúvidas sobre o ritmo do ciclo de afrouxamento monetário do Fed e das hostilidades entre Irã e Israel – o que aumenta a aversão ao risco. Joe Biden, presidente dos EUA, disse que existe uma discussão para definir se o país apoiará um ataque de Israel contra instalações petrolíferas do Irã, em conversa com jornalistas nesta quinta-feira.

IstoéDinheiro



Bitcoin ameaça perder patamar de US\$ 60 mil e XRP recua 11%



O Bitcoin (BTC) caiu para o patamar dos US\$ 60 mil na manhã desta quinta-feira (3), com investidores preocupados com a escalada do conflito no Oriente Médio. As Forças Armadas de Israel disseram ter matado 15 militantes do grupo terrorista Hezbollah hoje.

Por volta das 9h30, a principal criptomoeda do mercado cai 1%, para US\$ 60.505, acompanhando os índices futuros dos Estados Unidos, que também operam em queda por causa da tensão geopolítica.

O head global de research de ativos digitais do Standard Chartered, Geoff Kendrick, disse em nota que o conflito pode derrubar ainda mais o preço do BTC até o final de semana. No entanto, falou,

o mercado de derivativos de criptos indica que o cenário pode ser uma oportunidade de compra.

“Preocupações com riscos relacionados ao Oriente Médio parecem destinadas a empurrar o Bitcoin abaixo de US\$ 60 mil antes do fim de semana, mas posições como as opções de compra de US\$ 80 mil destacadas aqui e a circularidade em relação às probabilidades de Trump sugerem que a queda deve ser comprada”, escreveu Kendrick.

As principais altcoins também operam no campo negativo, com destaque para a XRP (XRP), que recuou 11,50% nas últimas 24 horas, para US\$ 0,5178.

Além da instabilidade causada pelo conflito entre Israel e Líbano, o XRP foi afetado por um novo movimento

da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC, na sigla em inglês) dentro de um processo judicial movido contra a Ripple, empresa por trás da cripto.

O regulador recorreu de uma decisão de meados do ano passado, na qual a juíza distrital Analisa Torres, de Nova York, entendeu que a Ripple não cometeu irregularidade ao comercializar criptos em corretoras. Um porta-voz da SEC disse para o site especializado em criptos The Block que a posição da magistrada entrou em conflito com “décadas de precedentes da Suprema Corte”.

Em nota publicada nas redes sociais, o CEO da Ripple, Brad Garlinghouse, disse que a SEC ainda não entendeu o cenário atual.

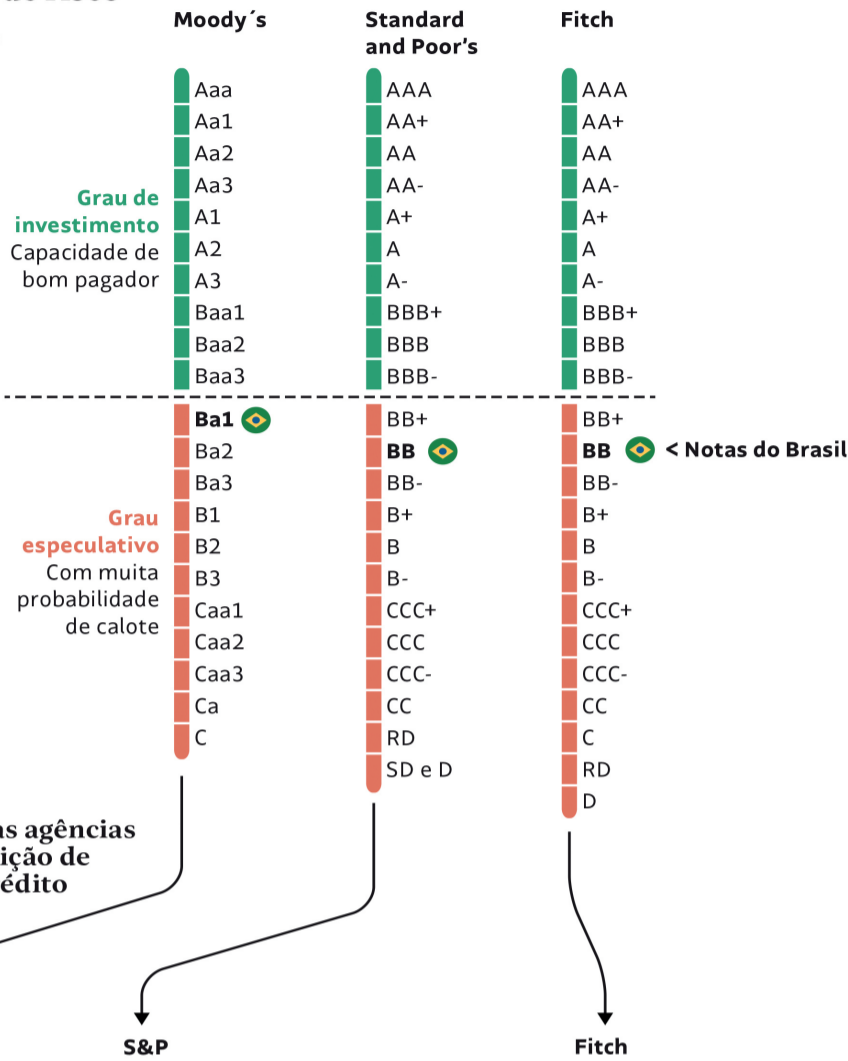
Infomoney



Publicidade Legal

Avaliação de risco

Escala de notas de crédito globais das agências de classificação



Critérios das agências para atribuição de notas de crédito

Moody's

Aaa mais baixo risco de crédito

Aa risco de crédito muito baixo

A baixo risco de crédito

Baa risco de crédito moderado

Ba grau especulativo. Há risco de inadimplência mais elevado, particularmente por mudanças adversas nos negócios e na economia

B grau especulativo com elevado risco de crédito

Caa grau especulativo de baixo resultado, sujeito a risco de crédito muito elevado

Ca altamente especulativo, têm baixos resultados, com alguma perspectiva de recuperação do principal e juros

C a classificação mais baixa atribuída pela Moody's, apresenta poucas perspectivas de recuperação

A Moody's acrescenta modificadores 1, 2, e 3 a cada rating de Aa até Caa. O modificador 1 indica a posição mais alta na categoria, o 2, intermediária, e o 3, a posição mais baixa

Fontes: Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings

S&P

AAA rating mais alto atribuído pela S&P. Devedor tem capacidade extremamente forte para honrar seus compromissos financeiros

AA capacidade muito forte para honrar compromissos

A capacidade forte para honrar compromissos, porém mais suscetível a efeitos adversos na economia

BBB capacidade adequada para honrar compromissos, mas condições adversas podem enfraquecê-la

BB primeiro grau de rating especulativo. Devedor é menos vulnerável no curto prazo, mas enfrenta grandes incertezas, e condições adversas poderiam levá-lo a capacidade inadequada de honrar compromissos

B tem capacidade de honrar compromissos, mas condições econômicas adversas provavelmente prejudicariam capacidade e disposição de pagamento

CCC vulnerável e dependente de condições favoráveis para honrar compromissos

CC altamente vulnerável. Avaliação é usada quando o default ainda não ocorreu, mas a S&P o considera praticamente certo

R sob supervisão regulatória em decorrência de sua condição financeira

SD e D em default em uma ou mais de suas obrigações financeiras. O rating "D" também será usado quando a agência acredita que o default será geral e que o devedor não conseguirá pagar todas, ou quase todas, as suas obrigações no vencimento

Os ratings de AA a CCC podem ser modificados pela adição de um sinal de mais (+) ou de menos (-) para mostrar a posição relativa dentro das principais categorias de rating

Fitch

AAA mais alta qualidade de crédito, considerado improvável que seja afetada por eventos previsíveis

AA expectativa muito baixa de risco de inadimplência, não é significativamente vulnerável a eventos previsíveis

A qualidade de crédito alta e baixa expectativa de risco de inadimplência. Pode ser mais vulnerável a alterações nos negócios ou na economia

BBB boa qualidade de crédito, com baixa expectativa de inadimplência, mas mudanças podem limitar capacidade de pagamento

BB primeiro rating especulativo. Risco de inadimplência mais elevado, mas há alternativas para honrar compromissos

B altamente especulativo, com risco significativo de inadimplência. Compromissos estão sendo honrados

CCC risco substancial, com real chance de inadimplência

CC risco muito alto, inadimplência provável

C risco excepcionalmente alto, inadimplência iminente

RD emissor inadimplente no pagamento de uma dívida

D emissor com pedido de recuperação judicial ou encerramento de atividades

Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 09.395.277/0001-35

ERRATA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS EM 31/12/2023 E 2022
Comunicamos que a publicação das Demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 no jornal Data Mercantil no dia 29, 30 e 31/03 e 01/04/2024, teve o seguinte conteúdo retificado:

(1) No quadro Balanços Patrimoniais - ATIVO, no item Não Circulante:				
• Onde se lê:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Outros créditos	-	691	1.167	2.004
• Leia-se:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Outros créditos	-	423	1.167	2.004
(2) No quadro Balanços Patrimoniais - ATIVO, na linha:				
• Onde se lê:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Total do ativo não circulante	-	481.569	433.447	225.164
• Leia-se:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Total do ativo não circulante	-	481.301	433.447	225.164
(3) No quadro Balanços Patrimoniais - ATIVO, na linha:				
• Onde se lê:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Total do Ativo	-	492.212	449.857	291.263
• Leia-se:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Total do Ativo	-	491.944	449.857	291.263
(4) No quadro Balanços Patrimoniais - PASSIVO, no item Não Circulante:				
• Onde se lê:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	11	0	350.000	200.000
• Leia-se:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	11	396.232	350.000	200.000
(5) No quadro Balanços Patrimoniais - PASSIVO, na linha:				
• Onde se lê:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Total do passivo não circulante	-	6.484	350.322	200.392
• Leia-se:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Total do passivo não circulante	-	402.716	350.322	200.392
(6) No quadro Balanços Patrimoniais - PASSIVO, na linha:				
• Onde se lê:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Total do passivo	-	95.712	449.857	291.263
• Leia-se:	NE	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)
Total do passivo	-	491.944	449.857	291.263
(7) No quadro Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto, na linha:				
• Onde se lê:	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	
(Aumento)/redução em outros créditos e despesas antecipadas	27	232	45	
• Leia-se:	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	
(Aumento)/redução em outros créditos e despesas antecipadas	295	232	45	
(8) No quadro Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto, na linha:				
• Onde se lê:	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(20.548)	(39.444)	(28.483)	
• Leia-se:	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(20.280)	(39.444)	(28.483)	
(9) No quadro Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto, na linha:				
• Onde se lê:	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	
Captação de empréstimos	(396.232)	150.000	100.000	
• Leia-se:	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	
Captação de empréstimos	0	150.000	100.000	
(10) No quadro Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto, na linha:				
• Onde se lê:	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(324.518)	160.085	100.000	
• Leia-se:	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	71.714	160.085	100.000	
(11) No quadro Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto, na linha:				
• Onde se lê:	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	
Aumento (redução) líquido de caixa e equiv. de caixa	(397.845)	(39.886)	(21.229)	
• Leia-se:	2023	2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	
Aumento (redução) líquido de caixa e equiv. de caixa	(1.345)	(39.886)	(21.229)	

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,5317
Dólar (EUA) - 5,485
Franco (Suíça) - 6,4235
Iene (Japão) - 0,03736
Libra (Inglaterra) - 7,1925
Peso (Argentina) - 0,005646

Peso (Chile) - 0,005954
Peso (México) - 0,2813
Peso (Uruguai) - 0,1312
Yuan (China) - 0,7816
Rublo (Rússia) - 0,05766
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,0423

Monte Capital Management Gestora de Recursos S.A.

CNPJ/ME nº 39.267.921/0001-50 - NIRE 35.300.575.776

Atas da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de agosto de 2024

Data, Hora e Local: 09/08/2024, às 10 horas, na sede social. **Convocação:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Julio Cezar Troiano Zogbi; Secretária: Sra. Manuela Rego Duran. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (i) Alteração do Endereço da Sede Social da Cia. previsto no seu Estatuto Social, passando o Artigo 2º do aludido Estatuto a vigor com a seguinte redação: "Art. 2º - A Cia. tem sede e foro na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 1.098, conjunto 91, São Paulo-SP, podendo abrir e fechar estabelecimentos e filiais em qualquer outro ponto do território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria." (ii) A consolidação do Estatuto Social da Cia., que passará a vigor com a redação disposta no Anexo I da presente ata. (iii) Autorizar a administração da Cia. a prática de todos os atos necessários para a implementação das matérias aprovadas pela presente AGE. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo-SP, 09/08/2024. **Mesa:** Julio Cezar Troiano Zogbi - Presidente; Manuela Rego Duran - Secretária. **Anexo I - Estatuto Social. Capítulo I - Forma Legal, Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º** - Sob a denominação de Monte Capital Management Gestora de Recursos S.A., ("Cia."), fica constituída uma sociedade anônima de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável à espécie. **Artigo 2º** - A Cia. tem sede e foro na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 1.098, conjunto 91, São Paulo-SP, podendo abrir e fechar estabelecimentos e filiais em qualquer outro ponto do território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** - A Cia. terá como objetivo social: a administração de carteiras de valores mobiliários, podendo realizar a gestão de fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários, construídos no Brasil ou no exterior. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Cia. é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações. Artigo 5º** - O capital social da Cia. é de R\$ 350.000,00, dividido em 350.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, já totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos acionistas. **§ 1º** - Os acionistas da Cia. terão, na proporção do número de ações que possuírem, preferência na subscrição do aumento de capital social, conforme estabelecido no Artigo 171 da Lei das S.A., e as condições fixadas neste Estatuto. **§ 2º** - O direito de preferência deverá ser exercido pelo acionista interessado no prazo de 20 dias contados da data da ata de Assembleia que deliberou sobre a subscrição de novas ações, mediante manifestação escrita endereçada à Cia., da qual constará a quantidade de ações que o acionista interessado pretende adquirir. **Artigo 6º** - As ações são indivisíveis em relação à Cia. e cada ação ordinária conferirá a seu titular direito a um voto nas AGA da Cia. **Artigo 7º** - É vedado à Cia. a emissão de partes beneficiárias, bem como é vedada a existência desses títulos em circulação. **Capítulo III - Órgãos da Administração. Artigo 8º** - A Cia. será administrada por uma Diretoria, composta por 3 Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Gestão e o outro Diretor de Compliance, Risco e PLDFT, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia, observado o disposto neste Estatuto. **§ 1º** - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia, dispensadas quaisquer outras formalidades. **§ 2º** - O mandato da Diretoria será de 03 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. **§ 3º** - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia. **Artigo 9º** - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as medidas que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. **§ 1º** - Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem, ou extingam obrigações da Cia., a Cia. será obrigatoriamente representada pelo Diretor Presidente, ou por procurador devidamente constituído por este, conforme Artigo 10 abaixo, competindo-lhe, isoladamente, representar a Cia. judicial ou extrajudicialmente e usar a denominação social em todos e quaisquer negócios. **Artigo 10º** - O Diretor Presidente poderá, isoladamente e a seu exclusivo critério, constituir procuradores em nome da Cia. para, em conjunto ou separadamente, representar a Cia. e praticar os atos e operações que vierem a ser especificados nos respectivos instrumentos de mandato. Os instrumentos de procuração deverão conter, com exceção daqueles para fins judiciais, prazo de validade determinado, que não poderá exceder a 1 ano. **Artigo 11º** - Ao Diretor de Gestão caberá a responsabilidade pela administração de carteira de valores mobiliários da Cia., nos termos do inciso III do artigo 4º da Instrução nº 558, de 26/03/2015, da Comissão de Valores Mobiliários ("Instrução CVM 558"). **Artigo 12º** - Ao Diretor de Compliance, Risco e PLDFT, caberão as responsabilidades: (i) pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos da Cia., nos termos do inciso IV do artigo 4º da Instrução CVM 558; (ii) pela gestão de risco, nos termos do inciso V, do artigo 4º da Instrução CVM 558 e; (iii) pelo cumprimento das normas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo da Cia., nos termos da

legislação aplicável. **Artigo 13º** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de Diretores, procuradores, empregados ou funcionários que a envolverem em quaisquer obrigações ou responsabilidades relativas a negócios e/ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto nos casos específicos em que tais atos forem previamente aprovados e autorizados pelo Diretor Presidente. **Capítulo IV - Conselho Fiscal. Artigo 14º** - A Cia. terá um conselho fiscal composto de 3 membros efetivos e igual número de suplentes, que funcionará tão-somente nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido de acionistas, na forma da lei, tendo. O Conselho Fiscal, quando eleito, terá as atribuições e poderes que a lei lhe conferir e a remuneração dos seus membros será fixada pela assembleia que os eleger. **Capítulo V - Assembleia. Artigo 15º** - A Assembleia se reunirá ordinariamente uma vez por ano, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para discutir e deliberar sobre as contas da administração, balanço e parecer do Conselho Fiscal, quando instalado, relativos ao exercício findo e eleger os membros da diretoria, quando aplicável. **Artigo 16º** - A Assembleia se reunirá, de forma extraordinária, quando convocada pelo Diretor Presidente ou pelos acionistas da Cia., na forma da lei, e deliberará sobre o objeto constante do edital ou carta de convocação, observando-se o disposto na lei aplicável. **§ Único** - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, que convidará para secretário qualquer dos presentes, acionistas ou não. No caso de ausência, as assembleias serão instaladas e presididas por quem os presentes, por maioria, designarem. **Artigo 17º** - As deliberações serão tomadas por maioria absoluta do capital votante (50% mais 1 ação representativa do capital social da Cia.), observados os quóruns superiores previstos por lei. **Artigo 18º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 01 dia de antecedência da data marcada para realização da Assembleia. **Capítulo VI - Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 19º** - O exercício social será encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano civil, data em que serão levantadas as demonstrações financeiras e apurado o resultado do exercício. Os lucros ou prejuízos apurados terão a destinação que lhes derem os acionistas, por deliberação tomada em Assembleia. **§ Único** - A Cia. poderá levantar balanços semestrais, ou em outra periodicidade, desde que não inferior a um mês, para quaisquer fins de direito, em especial para, com base nos mesmos, proceder à incorporação de lucros e reservas, e à distribuição de lucros ou prejuízos. **Artigo 20º** - Os lucros líquidos do exercício, regularmente apurados no balanço geral levantado no término do exercício, após as deduções legais, serão assim distribuídos: a) 5% para constituição de reserva legal, até que tal reserva atinja 20% do capital social; b) 25% do lucro líquido ajustado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76 será distribuído aos acionistas na forma de dividendos; c) o remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia. **Capítulo VII - Liquidação. Artigo 21º** - A Cia. entrará em liquidação, nos prazos previstos em lei, competindo à Assembleia eleger o liquidante e o conselho fiscal, que funcionarão no período de liquidação, bem como fixar a remuneração de ambos. **Capítulo VIII - Acordo de Acionistas. Artigo 22º** - Nos termos do artigo 118 da Lei das S.A., quaisquer acordos de acionistas que estabeleçam condições de compra e venda de suas ações, o direito de preferência, o exercício do direito de voto ou outras vantagens serão arquivados na sede da Cia. e averbados em seus livros de registro, devendo ser sempre observados pela Cia. e pelos acionistas signatários. No caso de conflito entre as disposições do presente Estatuto Social e as disposições de quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede social, prevalecerão os termos dos referidos acordos de acionistas. **§ 1º** - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Cia.. **§ 2º** - Para os fins de execução específica contemplada no Artigo 118 da Lei das S.A., caso qualquer dos membros da Diretoria ou os representantes legais dos acionistas deixem de votar nos termos dos acordos de acionistas, o presidente e o secretário da Assembleia ou da reunião da Diretoria, conforme for o caso, não computarão os votos dados em desacordo com ele. **§ 3º** - Na hipótese de não cumprimento de acordos de voto arquivados na sede da Cia., ou, em desacordo com os termos de referidos acordos de voto, o não comparecimento ou abstenção de voto de qualquer um dos Acionistas quanto tal voto for requerido, é assegurado à parte prejudicada o direito de votar, nos estritos termos dos acordos de acionistas, com as ações ou votos pertencentes ao acionista inadimplente, ausente ou omissos. **Capítulo IX - Foro. Artigo 23º** - Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir todas as questões decorrentes deste Contrato Social, com renúncia expressa de qualquer outros por mais privilegiados que possam vir a ser. **Capítulo X - Disposições Gerais e Transitórias. Artigo 24º** - A Cia. obriga-se a disponibilizar para os seus acionistas todos os contratos firmados com partes relacionadas, acordo de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Cia. **Artigo 25º** - Os princípios e regras instituídos pela Lei 6.404/76 e demais dispositivos legais aplicáveis às sociedades por ações regularão os casos omissos no presente Estatuto." JUCESP nº 354.883/24-0 em 27/09/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Agropecuária AGF S.A.

CNPJ/MF nº 41.621.100/0001-12 NIRE 35.237.085.576

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 2024.

Local: no Sítio São Pedro, s/n, Bairro: Distrito de Mangaratu, Nova Granada, SP. **Data:** 20/06/2024. **Horário:** 10h00s. **Quórum:** Atuais acionistas representando 100% do capital social. **Mesa:** Diretor Presidente - Bruno Franzoni. **Ordem do dia e Deliberações tomadas pelos Diretores e Presidente:** A) A Presidente em exercício Bruno Franzoni, é nomeado por unanimidade, procurador da sociedade anônima denominada Agropecuária AGF S.A., na qual é concedido a ele os poderes absolutos e independente de negociar as ações e ativos mobilizados e contabilizados da sociedade. B) Diante transcrito na íntegra, foi discutido e aprovado, sem quaisquer ressalvas ou alterações, tendo sido deliberado que as publicações previstas em Lei estão supridas pela presença dos acionistas que representam 100% do capital social; C) O Procurador foi eleito com mandato de 03 anos, cabendo a cada membro da Diretoria a remuneração a ser designada em assembleia ou reunião de diretoria; D) Pela existência 100% dos acionistas, verificada em assembleia geral, se o mínimo de 2 não for reconstituído até à do ano seguinte, ressalvado o dispositivo no Art. 251, da Lei 9.457/1997. São Paulo, 20/06/2024. **Mesa:** Bruno Franzoni - Presidente/Procurador; João Vitor Franzoni - Secretário; Giuliam Andrade Campos - Diretor; Mellori Sales de Oliveira - Diretora. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 351.930/24-3 em 25/09/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em exercício.

Amazônia Garden Alimentos Ltda.

CNPJ/MF nº 45.873.782/0001-01 - NIRE 35.238.870.030

Convocação para reunião de Sócios

Local: Alameda Glete, 944, Campos Eliseos, São Paulo-SP, CEP 01215-001. **Data:** 11/10/2024. **Horário:** 16h00. **Ordem do dia:** 1. Contas de 2023; 2. Destinação dos resultados de 2023; 3. Melhorias de governança; 4. Admissão do novo sócio; 5. Regramento sobre antecipações de lucro de forma desproporcional e pró-labore; 6. Regramento para exclusão de sócio; 7. Defesa contra concorrentes e das criações; 8. Uso da marca Ama.zo Cozinha Peruana; 9. Outros assuntos de interesse. São Paulo, 01/10/2024. Marco Meni. (02, 03 e 04/10/2024)

DOMUS ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.

CNPJ/MF nº 30.975.713/0001-31 - NIRE nº 35.300.518.985

EDITAL DE CONVOCACÃO - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGE, que se realizará no dia 10/10/2024 às 14 horas, na Rua Maestro Cardim, n. 1191 - 6. andar - cjs. 63, 64 e 66 - São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Constituição de um Conselho de Administração; 2. Eleição da Diretoria; 3. Aprovação das demonstrações financeiras de 2023; 4. Consolidação do Estatuto Social; e 5. Outros assuntos. São Paulo, 19 de setembro de 2024. Levon Kessadjkian. (02, 03, 04/10/2024)

Lugano Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 67.644.831/0001-77 - Edital de Convocação

Em atenção aos artigos 1.072 e 1.152, § 3º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), ficam os Senhores sócios quotistas da sociedade Lugano Participações Ltda. ("Sociedade") convocados a se reunirem no próximo dia 11 de outubro de 2024, às 15h, em 1ª chamada, na sede da Sociedade, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guaipá, Vila Leopoldina, nº 527, e às 16h, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para a reunião extraordinária prevista no artigo 1.071 do Código Civil e deliberarem acerca das seguintes matérias: a) Reeleger a administração da Sociedade; b) Alienar imóvel de titularidade da Sociedade; e c) Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia. São Paulo/SP, 02 de outubro de 2024. **Bridge Empreendimentos e Participações Ltda.** Sôcia Majoritária, p. Patricia Carvalho Rocha Neves; Heloisa Carvalho Rocha - Administradora. (02, 03 e 04/10/2024)

comercial@datamercantil.com.br

Com risco geopolítico, Ibovespa fecha em baixa de 1,38%, aos 131,6 mil pontos

Após ter flertado na quarta-feira, 2, com os 135 mil pontos no intradía, o Ibovespa voltou a oscilar para baixo nesta quinta-feira, 3, marcada por cautela global em torno das tensões entre Israel e Irã. Ante o receio de escalada militar no Oriente Médio, o petróleo subiu 5% em Londres (Brent) e Nova York (WTI), movimento que apoiou as ações da Petrobras (ON +1,35%, PN +1,23%).

Contudo, as ações da estatal, sozinhas, não conseguiram dar suporte ao Ibovespa, que fechou em baixa de 1,38%, aos 131.671,51 pontos, bem mais perto da mínima (131.176,49) do que da máxima (133.513,79) correspondente à abertura.

O giro foi a R\$ 23,1 bilhões. Na semana, o Ibovespa cedeu 0,80%, passando a cair

também no mês (-0,11%) no agregado de três sessões. No ano, acumula perda de 1,87%.

Com Vale em queda de 1,92% e perdas entre os bancos que chegaram a 2,30% e 2,46%, respectivamente, para Santander e Itaú, o ajuste do Ibovespa não foi maior em razão de Petrobras, que acompanhou ao longe o salto nas cotações do petróleo. Na ponta do índice, destaque para Natura (+2,59%), PetroReconcavo (+1,83%) e Yduqs (+1,63%). No lado oposto, Assai (-5,73%), Azul (-4,81%) e Carrefour (-4,74%).

"É provável que os comentários do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, tenham contribuído para a queda generalizada" dos ativos de risco nesta quinta-feira, à exceção do petróleo, diz Inácio Alves, analista da Melver.

Nesta quinta, Biden admitiu haver uma discussão para definir se os Estados Unidos apoiarão ataque de Israel a instalações petrolíferas do Irã - declaração feita a jornalistas que foi decisiva para a escalada da commodity ao longo do dia, em meio a preocupações sobre a oferta em um importante produtor da região.

Ao ser questionado sobre "permitir" retaliações israelenses, Biden enfatizou que não atribui permissões ao país aliado, mas apenas o "aconselha". "Não vai acontecer nada agora", acrescentou o presidente americano. Biden não mencionou o tipo de sanção que o governo dos EUA planeja impor ao Irã após o ataque de mísseis contra Israel no início da semana.

IstoéDinheiro

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,4844 / R\$ 5,485 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,4725 / R\$ 5,4745 *
Turismo - R\$ 5,5044 /
R\$ 5,6844
(* cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado
no dia: 0,53%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -1,38%
Pontos: 131.671
Volume financeiro:
R\$ 23,122 bilhões
Maiores altas: Natura
ON (2,59%), Yduqs ON
(1,63%),
Petrobras ON (1,35%)
Maiores baixas: Assai
ON (-5,73%), Azul PN
(-4,81%), Carrefour ON
(-4,74%)

S&P 500 (Nova York):
-0,17%
Dow Jones (Nova York):
-0,44%
Nasdaq (Nova York):
-0,04%
CAC 40 (Paris): -1,32%
Dax 30 (Frankfurt):
-0,78%
Financial 100 (Londres):
-0,1%
Nikkei 225 (Tóquio):
1,97%
Hang Seng (Hong Kong):
-1,47%
Shanghai Composite
(Xangai): 8,06%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 8,48%
Merval (Buenos Aires):
-0,79%
IPC (México): -1,01%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%
Abril 2024: 0,38%
Maio 2024: 0,46%
Junho 2024: 0,21%
Julho 2024: 0,38%
Agosto 2024: -0,02%

Negócios

Com fintech, Palmeiras lança serviços financeiros e quer ser o 1º banco do seu torcedor



“A gente queria ser o segundo banco dessas pessoas. Mas o objetivo passou a ser que cada um passe a usar a sua conta como o primeiro banco.”

Everaldo Coelho, diretor de marketing do Palmeiras, almeja chegar a 1 milhão de correntistas. O universo de torcedores da equipe no Brasil é bem maior do que isso: 15 milhões de pessoas.

Segundo a pesquisa Datafolha realizada em agosto do ano passado, o Palmeiras tem a terceira maior torcida do país, com 7% da população. É o mesmo percentual do São Paulo. À frente dos dois estão Flamengo (20%) e Corinthians (15%). Não se compara ao número de clien-

tes dos principais bancos do país. A Caixa Econômica Federal possui 151,9 milhões. O Nubank, o maior entre os digitais, está com 89,8 milhões.

Mas Coelho se refere a um mercado que começa a ser explorado por clubes de futebol. No início do ano passado, a agremiação se associou à fintech Pefisa, braço financeiro das Pernambucanas, para lançar o Palmeiras Pay, que oferece serviços financeiros como investimentos, conta-corrente, cartões de crédito e débito e seguros.

Nos anos 1990, os principais times do país tiveram cartões de crédito com seus escudos. Mas se tratava apenas de uma iniciativa de grandes bancos, interessados em uma fidelização que nunca

aconteceu, até porque os times não se esforçaram muito.

O Flamengo, agremiação mais popular do país, com cerca de 43 milhões de torcedores, também percebeu o potencial de entrar no mercado financeiro. Em modelo diferente, porém.

A equipe carioca montou, em parceria com o BRB (Banco de Brasília), o Nação Fla, um banco digital. Em abril, anunciou o lançamento de um “superapp” para clientes de alta renda, com todas as funções bancárias.

Para isso, foi criada uma nova empresa em que o BRB é sócio e o Flamengo tem opção de compra de 45% do capital, com a mesma porcentagem da participação dos lucros.

Alex Sabino/Folhapress

Airbnb impulsiona boom de aluguéis de curta duração no Rio e gera tensões

Quando Carlos Eduardo Muzy alugou pela primeira vez seu apartamento à beira-mar no Rio de Janeiro pelo Airbnb, em 2019, ele só queria uma renda extra. O que ele conseguiu foi uma carreira gerenciando cerca de 100 propriedades — e um lugar na primeira fila para observar como a plataforma está transformando um dos destinos turísticos mais famosos da América do Sul.

Em Ipanema, no Rio, há um anúncio do Airbnb para cada sete moradias, segundo uma análise da Reuters feita a partir de dados do Airbnb coletados pela empresa de análise AirDNA.

Desde 2019, o bairro famoso pelo clássico da bossa nova “Garota de Ipanema” viu um aumento de 24% nos anúncios, em linha com o bairro vizinho, Copacabana.

Esse movimento mudou o cenário de aluguéis no Rio, gerando tensões nas associações de condomínios, trazendo mais competição para os

hotéis e criando empresários como Muzy, que cobra taxas de 20% a 30% dos condôminos para administrar seus aluguéis de curto prazo.

Como muitos, Muzy começou pequeno, alugando seu próprio apartamento em Copacabana, mas enxergou uma oportunidade de escalar o negócio depois que vizinhos começaram a requisitar seu trabalho de gestão de aluguel. Agora, Muzy tem uma empresa, a SuhcasaCopacabana, com 17 funcionários e cerca de 5 milhões de reais acumulados em reservas nos últimos 12 meses.

“Nós basicamente dobramos de tamanho a cada ano”, disse ele em relação ao número de anúncios que sua empresa administra.

Muzy faz reservas por meio de plataformas de aluguel de curta duração, como o Airbnb, mas também criou seu próprio site e abriu uma loja para oferecer serviços semelhantes aos de hotéis, como o depósito gratuito de bagagens antes do check-in.

IstoéDinheiro



Embora a marca chinesa seja reconhecida no mercado brasileiro por modelos linha Redmi Note, mais acessível, Luciano Neto, diretor de produtos da DL Distribuidora, que representa a Xiaomi no Brasil, não vê uma contradição no lançamento de um produto mais caro.

“Esse aparelho com Leica não é para atender toda a demanda, mas aqueles que gostam mais de fotografia. É para atender uma fatia menor do mercado, para os fãs que chegam na loja quase sabendo mais do que o consultor”, disse Neto.

A câmera principal do Xiaomi 14T tem 50 MP e lente Summilux da Leica, referência no setor, com abertura de f/1,7. O sensor usado é o

IMX906, da Sony. Há também uma câmera ultrawide de 12 MP, uma teleobjetiva de 50 MP e a frontal de 32 MP. O conjunto abrange distâncias focais de 15 mm a 100 mm (0,6x, 1x, 2x, 4x).

Também recebeu melhorias a gravação de vídeos, com a chegada do chamado Modo Filme, que adota como padrão a proporção de tela 2,39:1 convencional e oferece um efeito de desfoque, semelhante ao Modo Cinema dos iPhones.

O modelo 14T Pro, que não será lançado no Brasil, abrange até 120 mm, tem abertura ligeiramente maior e sensor Light Fusion 900 mais potente, que garantem ainda melhor qualidade em ambientes escuros.

Gustavo Soares/Folhapress

Chinesa Xiaomi lança no Brasil modelo avançado de celular com IA e foco na fotografia, por R\$ 6.000



A Xiaomi lançou nesta quarta-feira (2) no Brasil o smartphone premium Xiaomi 14T, voltado para entusiastas da fotografia e com recursos de inteligência artificial integrados, seguindo a tendência de outras fabricantes. O conjunto de câmeras do modelo, desenvolvido em parceria com a marca alemã Leica, promete capturar mais detalhes de ambientes com pouca luz. O modelo chega com o preço sugerido de R\$ 5.999 na versão com 512 GB de armazenamento.

A linha T da Xiaomi abrange produtos mais avançados, competindo com celulares da mesma faixa de preço da Samsung, como o Galaxy S24, por exemplo.